



Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e comercialização de alimentos saudáveis no Brasil (2020-2022): uma análise a partir do DATALUTA Agrário.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) and healthy food distribution in Brazil (2020-2022): an analysis from DATALUTA Agrário.

ALMEIDA, Fernando Freitas de¹; LIMA, Wuelliton Felipe Peres²

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), fernando.f.almeida@unesp.br; ² Universidade Estadual Paulista (UNESP), wuelliton.peres@unesp.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária

Resumo: O artigo apresenta um panorama das ações de comercialização de alimentos saudáveis no Brasil no período de 2020 a 2022, protagonizadas pelos movimentos socioterritoriais agrários. Realizamos revisão bibliográfica de literatura relacionada à temática estudada e reuniões de debate como ferramentas de subsídio teórico para analisar os dados, disponibilizados pelo Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA). Verificamos que, apesar do período de crise relacionada à emergência da pandemia de Covid-19, os movimentos seguiram comercializando alimentos saudáveis, adaptando suas estratégias e tecnologias socioterritoriais ao contexto imposto. Por fim, foi possível demonstrar a capacidade de produção de alimentos saudáveis nos territórios camponeses, em especial nos assentamentos rurais, com destaque para aqueles organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Palavras-chave: MST; soberania alimentar; covid-19; agroecologia; tecnologias socioterritoriais.

Introdução

O presente trabalho é resultado de uma investigação científica desenvolvida em escala nacional, no âmbito do Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA) e da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (REDE DATALUTA). O DATALUTA é um banco de dados criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado ao departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente (SP).

Os dados do DATALUTA são levantados e organizados pela REDE DATALUTA, um coletivo de pensamento composto por 23 grupos de pesquisas, vinculados a diferentes universidades nacionais. Atualmente, o DATALUTA reúne informações relacionadas às ações dos movimentos socioterritoriais agrários, urbanos, das florestas e das águas, onde cada modalidade é uma categoria autônoma de pesquisa. O conceito de movimentos socioterritoriais é fundamental para a REDE



DATALUTA, dado sua centralidade do território nas ações dos movimentos e sua indissociável relação com a reprodução da existência dos sujeitos (FERNANDES, 2005).

O território é espaço político construído e apropriado pelos sujeitos, evidenciando a conflitualidade e a disputa entre diferentes modelos de desenvolvimento. É pela conquista e/ou produção do território que os movimentos constroem suas identidades. Como apontam Halvorsen, Fernandes e Torres (2021, p. 29): “Os movimentos socioterritoriais não são apenas produzidos por ocupações de terra, mas incluem qualquer tentativa de apropriação e controle do espaço com o objetivo de promover um projeto político”.

Exemplos de movimentos socioterritoriais agrários atuantes no Brasil são: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Os referidos movimentos produzem seus territórios com base em princípios agroecológicos, como a valorização dos conhecimentos tradicionais, preservação de sementes crioulas, diversificação da produção, proteção da biodiversidade, comercialização em circuitos curtos, etc. (ALTIERI, 2010; LAZZARETTI, 2010).

Objetivamos, com este trabalho, apresentar um panorama da realidade brasileira referente às ações de comercialização de alimentos saudáveis, protagonizadas pelos movimentos socioterritoriais agrários, com recorte de 2020 a 2022. Buscamos contribuir com a discussão das potencialidades e desafios da comercialização de alimentos no período referenciado, com o começo da pandemia de Covid-19 e sua consequente amenização pela criação de novos conhecimentos, ações e objetos, compreendidos indissociavelmente pelo conceito de espaço geográfico (SANTOS, 2006) e tecnologias socioterritoriais (SANSOLO *et al*, 2021).

Metodologia

A metodologia utilizada no artigo tem como referência o trabalho desenvolvido no âmbito da REDE DATALUTA e do DATALUTA Agrário, na qual os autores fazem parte. Os pesquisadores e pesquisadores vinculados à pesquisa no DATALUTA realizam o levantamento de dados por algoritmo do *Google Alerts*, com o cadastramento de palavras-chaves relacionadas à temática estudada. Os *Alerts* são lidos e selecionados pelos pesquisadores para subsequente arquivamento no *Google Drive* e sistematização em formulários *online*, criados pela plataforma do *JotForm*.

Sistematizamos os dados relacionados às ações de comercialização de alimentos saudáveis, protagonizadas pelos movimentos socioterritoriais agrários, com recorte de 2020 a 2022. A partir dos dados, foram produzidas análises em escala nacional, mediadas pela revisão bibliográfica e debate entre os autores. O principal produto gráfico de nosso trabalho foi a elaboração de uma tabela de síntese da distribuição



das ações registradas por macrorregião e unidade da federação, em valores absolutos e percentuais.

Resultados e Discussão

A comercialização de alimentos saudáveis é uma característica intrínseca dos movimentos socioterritoriais agrários, sobretudo por sua predominante constituição camponesa. O campesinato possui uma lógica de produção caracterizada pelo cultivo agrícola diversificado, visando tanto a subsistência do grupo familiar quanto a comercialização e/ou troca do excedente, em feiras ou comércio com outras instituições públicas e privadas. Essa racionalidade garante segurança alimentar e renda para aquisição de outros bens e serviços não produzidos nos territórios (PAULINO; ALMEIDA, 2010)

Com o início da pandemia de Covid-19 em março de 2020, os movimentos socioterritoriais agrários foram severamente impactados. Os principais espaços de escoamento da produção, como conveniências, hotéis, escolas e restaurantes locais/regionais foram fechados devido à política de isolamento social (BREITENBACH, 2021). O isolamento social também inviabilizou a realização de tradicionais estratégias de comercialização dos alimentos, como feiras semanais/mensais e funcionamento de lojas com alimentos frescos e minimamente processados (GAZOLLA; AQUINO, 2021).

Observamos que as dificuldades relacionadas à pandemia foram gradativamente superadas e/ou mitigadas pelos movimentos no decorrer da crise, devido à capacidade dos sujeitos em produzir conhecimentos, ações e tecnologias socioterritoriais (SANSOLO *et al*, 2021) adaptadas ao contexto. Foram incorporados equipamentos de proteção individual (EPI's) para realização de feiras presenciais, tecnologias digitais na construção de canais virtuais de comercialização (em sites, redes sociais e/ou plataformas), sistemas de entregas a domicílio dos alimentos ou retirada em local previamente estabelecido, etc.

O conjunto de dados registrados no DATALUTA Agrário relacionados às ações de comercialização de alimentos, protagonizadas pelos movimentos entre 2020 e 2022, somam 57, apresentados na tabela 1.

Tabela 1: Número de ações de comercialização de alimentos registradas por macrorregião e unidade da federação entre 2020 e 2022

REGIÃO/U.F	Nº DE AÇÕES	PORCENTAGEM
SUDESTE	17	31,5%
Rio de Janeiro	6	11,1%
Minas Gerais	5	9,3%



São Paulo	4	7,4%
Espírito Santo	2	3,7%
NORDESTE	16	29,8%
Alagoas	5	9,3%
Bahia	3	5,6%
Ceará	3	5,6%
Piauí	2	3,7%
Sergipe	2	3,7%
Paraíba	1	1,9%
SUL	13	24,1%
Paraná	8	14,8%
Rio Grande do Sul	5	9,3%
NORTE	5	9,4%
Pará	2	3,7%
Rondônia	1	1,9%
Acre	1	1,9%
Tocantins	1	1,9%
CENTRO-OESTE	3	5,6%
Distrito Federal	2	3,7%
Mato Grosso do Sul	1	1,9%
TOTAL	54	100%

Fonte: DATALUTA, 2020; 2021; 2022. Organização: os autores, 2023.

Conforme observado nos dados há em todas as regiões ações de comercialização de alimentos saudáveis noticiadas, protagonizadas pelos movimentos socioterritoriais. Destaca-se sobretudo às regiões sudeste e nordeste, com 31,5% e 29,8% respectivamente, mas também em outras regiões de organização tradicional do campesinato como o sul há 24% das ações, norte com 9,4% e centro-oeste com 5,6% de comercialização. Quando observado por unidade da federação apresenta-se com mais ações: Paraná (8); Rio de Janeiro (6), Minas Gerais, Alagoas e Rio Grande do Sul (5). Cabe ressaltar que a comercialização de alimentos saudáveis se realizou tanto em grandes cidades como também em



idades menores, mostrando uma diversificação de territórios de comercialização dos movimentos socioterritoriais agrários.

Outro elemento que chamou atenção ao analisar os dados é a presença significativa de circuitos curtos de comercialização virtuais nos anos de 2020 e 2021, sendo que em 2022 esta estratégia não aparece, mostrando haver uma adaptabilidade ao contexto da pandemia e posteriormente com a possibilidade de comercialização em circuitos curtos presencial e institucional, estes canais voltam a ter maior significado.

Pode-se afirmar que as tecnologias socioterritoriais construídas pelos camponeses para produzir seus territórios fazem parte de seu repertório de reprodução socioterritorial (Sansolo *et al*, 2021). Os conhecimentos, procedimentos e instrumentos/ferramentas produzidas são dimensões do território camponês, portanto, inseparáveis da realidade da classe do campesinato.

Constata-se que o movimento socioterritorial de maior relevância nos dados analisado com 31 ações de 2020–2022 foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), correspondendo a 57,4% de todas as experiências registradas, seguido do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Quilombolas com 3 ações, que correspondem a 5,5% cada, com isso pode-se afirmar que o MST refere-se ao principal movimento de comercialização de alimentos saudáveis. No contexto de pandemia o MST foi também reconhecido por uma quantidade significativa de distribuição de alimentos, conforme Machado, Jorge e Fernandes (2022), o movimento teve uma centralidade na doação de alimentos durante a pandemia, afirmando que os territórios de assentamentos rurais pontuaram como protagonistas e revelando a produção de alimentos agroecológicos como modelo para garantir segurança e soberania alimentar no país.

Conclusões

A criação de tecnologias socioterritoriais é parte do processo de transformação da realidade e da disputa dos movimentos por novos territórios. Os alimentos comercializados são produzidos sem veneno, por camponeses, em sistemas de cultivos diversificados e sua comercialização é justa e solidária. A partir das análises construídas no presente trabalho, concluímos como fundamental as ações dos movimentos socioterritoriais agrários na produção e comercialização de alimentos saudáveis, em todas as macrorregiões do país.

Fica evidente a importância dos assentamentos de reforma agrária no abastecimento alimentar nacional. O desenvolvimento de tecnologias socioterritoriais pelos movimentos socioterritoriais demonstram a capacidade de criação de respostas criativas e autônomas aos períodos de crise, particularmente da pandemia de Covid-19. Por fim, destacamos que a política da reforma agrária com bases agroecológicas é necessária para superação da lógica alimento-mercadoria, pois, o acesso a alimentos diversificados e nutritivos precisa



ser compreendido como direito elementar de todas e todos, democratizando o acesso à alimentação saudável.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano. 13, n. 16, p. 22-32, jan.-jun. 2010.

BREITENBACH, R. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia na agricultura familiar. **Desafio online**, v. 9, n. 1, p. 188-211, jan/abril. 2021. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/10941/8877> Acesso em: 22 de jun. 2023.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano. 08 n. 06 p. 24-34, jan.-jun. 2005.

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. de. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, p. 427-460, jun./set. 2021.

HALVORSEN; FERNANDES, B. M. TORRES, F V. Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.

LAZZARETTI, M. A. **A produção da ação coletiva no MST**: relações de poder e subjetividade. 2007. 378f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

MACHADO, A. dos S.; JORGE, A. A.; FERNANDES, B. M. Pandemia, ações de solidariedade do MST e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 17, n. 47 Out., p. 155–178, 2022.

PAULINO, ELIANE TOMIASI; DE ALMEIDA, ROSEMEIRE APARECIDA. **Terra e Território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4° ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANSOLO, G. D, et al. Tecnologias socioterritoriais, soberania e segurança alimentar e nutricional. In: SANSOLO, G. D; ADDOR, F.; EID, F. **Tecnologia social e reforma agrária popular**. 1 ed. Editora: Cultura Acadêmica. 2021, v.1.